

O IDEB COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE DO ESTADO AVALIADOR: OBJETIVAÇÕES ACERCA DA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NA AMAZÔNIA

Elizama Silva Pereira¹
João Paulo Conceição Alves²

RESUMO

O objetivo central desse estudo é analisar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) como instrumento de controle e regulação do Estado avaliador, destacando seus impactos sobre a Educação na região amazônica e suas implicações na reprodução das desigualdades educacionais e sociais. A pesquisa é de cunho qualitativo, cujo instrumento de coleta de dados foi o estudo documental e bibliográfico. Os resultados demonstram que o IDEB é um instrumento de avaliação do Estado avaliador, que se constitui como um mecanismo de controle da qualidade da Educação, considerando que este não compreende, de fato, a realidade concreta da Educação brasileira à medida que mascara a realidade precária do ensino em regiões periféricas, como a região amazônica, perpetuando o projeto de precarização da Educação pública. Também apresentamos reflexões e debates sobre a instituição de instrumentos de avaliação especificamente para a região amazônica, considerando o contexto social, cultural, econômico e geográfico da região, cujos mecanismos de avaliação foram delineados para considerar a Educação de forma mais ampla e significativa, compreendendo elementos que são fundamentais para uma Educação de qualidade.

Palavras-chave: Educação, Avaliação Educacional, Estado Avaliador.

INTRODUÇÃO

Alimentado pela lógica capitalista vincada em novo modelo de administração pública, o Estado-avaliador confirma sua centralidade no controle da educação pela incorporação de novas e mais sofisticadas estratégias de avaliação. Assentado no desejo de maximização dos lucros, o Estado-avaliador experimenta formatos que intensificam a expansão de políticas de mercadorização da educação em contexto que extrapola a esfera nacional. (Schneider, Rostirola, 2015, p. 494)

Iniciamos a presente discussão com a temática acima, considerando que as discussões acerca da avaliação educacional perpassam por aspectos relacionados ao Estado como mecanismo que controla, disciplina e impõe formas de controle no que se refere às políticas educacionais, se configurando assim, como um Estado-avaliador, que tem como premissa fundamental, como aborda a citação acima; o “controle da educação pela incorporação de novas e mais sofisticadas estratégias de avaliação.”

De acordo com Schneider e Rostirola (2015, p. 499), o Estado avaliador, em sua relação com a Educação, se materializa a partir da necessidade de não mais se limitar a

¹Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará - UFPA, elizama.s.pereira@gmail.com

²Doutor em Educação. Professor na Faculdade de Educação e Ciências Sociais (FAECS) da Universidade Federal – UFPA. Orientador do Trabalho, jpchee@gmail.com



avaliar, “[...] mas que, em sua fase mais auspiciosa, promove a seletividade nacional e internacional, legitimando as desigualdades e homogeneizando processos educativos pela via de avaliações sistêmicas e globais.” As avaliações sistêmicas e amplas legitimam desigualdades ao invés de promover políticas públicas relacionadas à qualidade do ensino, ao mesmo tempo que impõem a estratégia da homogeneização dos processos formativos direcionados às classes subalternas.

A partir dos processos de avaliação externa, a Educação passa a ser moldada por critérios de avaliação que, muitas vezes, estão alinhados a interesses de uma sociedade marcadamente neoliberal, enfraquecendo assim, a diversidade pedagógica e reforçando disparidades no sistema educacional.

Compreendemos que os instrumentos de avaliação do âmbito educacional, se constituem como elementos fundamentais para que sejam obtidos “resultados” acerca da Educação à nível nacional. Assim, voltamo-nos para as discussões acerca do Índice de desenvolvimento da Educação básica (IDEB), que se constitui como o principal instrumento de avaliação em larga escala da Educação Básica nas escolas brasileiras, apresentando-se como um importante norteador da Educação no país.

Considerando que a Educação, aqui entendida como “[...] como elemento constitutivo e constituinte das relações sociais mais amplas, contribuindo, contraditoriamente, desse modo, para a transformação e a manutenção dessas relações” (Dourado e Oliveira, 2009, p. 203), é também um direito de cidadania a ser assegurado à todos os sujeitos, garantida em diversos dispositivos normativos, consideramos que esse direito deve ser disponibilizado de forma significativa e com qualidade para todos.

Todavia, o IDEB apresenta fragilidades na avaliação da qualidade da escola pública brasileira, devido à limitação de seus critérios avaliativos em vista de uma formação humana ampla, diversa e comprometida com a transformação social. Trata-se de pensar o IDEB comprometido com um projeto de Educação Democrática e como um instrumento avaliativo que não somente aponte de forma meritocrática os “melhores índices”, mas que esteja pautado em um diagnóstico articulado com a realidade social dos sujeitos, e portanto, como uma avaliação formativa.

Se o IDEB na realidade brasileira não contempla a diversidade nacional, trágico é pensar os efeitos dessa mesma avaliação nas regiões mais pobres do Brasil, como a região amazônica. Neste trabalho, entendemos a região amazônica é marcadamente desigual, em que, de acordo com Alves e Cardoso (2019, p. 35), é notória a partir da pobreza, analfabetismo e outros aspectos que nos ajudam a entender que “[...] o capital



impõe uma educação para a periferia da Amazônia sob as delimitações da divisão social do trabalho e de uma educação pública com formação unilateral e insuficiente para o atendimento das demandas de desenvolvimento do estado.”

Dessa forma, o objetivo central desse trabalho é analisar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) como instrumento de controle e regulação do Estado avaliador, destacando seus impactos sobre a Educação na região amazônica e suas implicações na reprodução das desigualdades educacionais e sociais. Também apresentamos reflexões e debates sobre a instituição de instrumentos de avaliação especificamente para a região amazônica.

Convém ressaltar que este trabalho é resultado de parte de nossos estudos no Grupo de Pesquisa em Educação, Trabalho e Formação Humana (GEFOR), cujo projeto de pesquisa de iniciação científica intitulado “*A função social do IDEB na Amazônia: Indicadores de qualidade para o desenvolvimento do ensino médio e sua contribuição para a política pública educacional na mesorregião do baixo Tocantins*”, é vinculado. O referido projeto possui o objetivo central de analisar a função social do IDEB na Amazônia e sua contribuição para a política pública educacional do ensino médio na mesorregião do Baixo - Tocantins.

METODOLOGIA

No plano metodológico, partimos de uma abordagem qualitativa, que se volta para descrições, interpretações e uma gama de elementos que são relacionados a um determinado objeto de estudo. Assim, de acordo com Chizzotti (2001, p. 79), “a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito.” Compreendemos que a abordagem qualitativa se apresenta de suma relevância para o desenvolvimento desse trabalho, uma vez que aborda um vínculo indissociável entre o sujeito e o mundo real, não havendo uma separação entre o mundo externo e a subjetividade.

A pesquisa foi realizada a partir de uma pesquisa bibliográfica e análise documental. De acordo com Le Goff (1990, p. 09) a instituição de documentos ultrapassou as limitações impostas pela transmissão oral. Compreendemos que os documentos se tornam importantes fontes de conhecimento que nos auxiliam a compreender não apenas o contexto educacional na contemporaneidade, mas a criar



caminhos e possibilitar novas descobertas no que se refere a esse amplo cenário de pesquisa e formação que é a Educação.

De acordo com Gil (2008, p.44) “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos [...]” Realizamos a pesquisa a partir de estudos já desenvolvidos por autores que discutem a função social do IDEB para a Educação, tais como; Schneider e Ribeiro (2020); Schneider e Rostirola (2015) e Soares e Xavier (2013). Ademais, também utilizamos estudos acerca da Amazonia e suas peculiaridades sociais e culturais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Luic Wacquant, em sua obra “*Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*” (2003), discute que o neoliberalismo se expandiu a partir da década de 1980 nos Estados Unidos, se caracterizando a partir de um “Estado centauro”, com a cabeça liberal e o corpo autoritário, isto é, com ênfase em políticas de “segurança”, mas com o afrouxamento na instituição de políticas sociais. Podemos direcionar essa mesma lógica para a instituição de um *Estado-avaliador*, cuja vertente neoliberal promove a minimização de sua atuação para o mercado e para iniciativa privada, mas possibilita uma ampla atuação no que se refere ao controle de determinados segmentos sociais a partir da garantia – ou não - de direitos sociais, como o próprio direito à Educação.

Destacamos que as caracterizações de um Estado-Avaliador, está intrinsecamente relacionado com políticas de cunho neoliberal que tem como premissa principal manter estruturas sociais que controlam e segregam determinadas populações, mantendo essas mesmas populações em um perpétuo processo de precarização.

De acordo com Schneider e Ribeiro (2020, p. 730); “No Brasil, os primeiros indícios de um Estado Avaliador são evidenciados entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, na transição do modelo ditatorial para um governo democrático.” Nesse cenário, observamos que essas transformações foram palco de mudanças na forma como o Estado começou a se estruturar em relação à avaliação de políticas públicas, cujos aspectos marcaram particularmente a Educação. Assim surge o chamado “Estado avaliador”, em que, de acordo com Almeida (2015, p. 184) “o Estado avaliador é a denominação que assume a relação do Estado e das políticas educativas no marco do neoliberalismo”. Dessa forma, observamos a intrínseca relação entre política, economia



e Educação, cujas dimensões se entrelaçam e se configuram em instrumentos não só de avaliação, mas de controle de populações que convivem as margens da sociedade.

As avaliações externas se constituem como um modo de gerenciamento do Estado a partir de resultados obtidos em testes padronizados, cujas especificidades advém de pressupostos de administração pública que, inclusive, “[...] serviu de mote para a implementação de políticas públicas cujo marco referencial passou a ser a avaliação periódica das instituições públicas e privadas de ensino.” (Scheneider, Ribeiro, 2020. P. 725). Consideramos que, a partir da implementação de testes e provas padronizadas, houve um impacto nas políticas públicas, uma vez que a avaliação periódica se tornou um marco referencial para a formulação de políticas educacionais.

No Brasil, sistemas como o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) exemplificam essa tendência. O SAEB marca o início de um modelo de gestão educacional baseado na avaliação de resultados, e a partir de sua criação, tornou-se possível gerar indicadores de desempenho que serviriam para orientar políticas educacionais, tanto em nível federal quanto estadual e municipal. Já o IDEB, foi um instrumento elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e a partir de sua implementação, “o papel do Estado passou a ser o de regulação e controle, associado, contraditoriamente, ao discurso da descentralização, democratização da gestão pública e autonomia das escolas e dos sistemas educativos” (Schneider, Rostiola, 2015, p. 502).

O IDEB reúne dados do SAEB e da Prova Brasil, ambas as avaliações apresentam dois objetivos principais; “mensurar habilidades cognitivas dos estudantes em conteúdos pertinentes às áreas de Língua Portuguesa e Matemática” e “oferecer um indicativo sobre a possível qualidade de ensino que é ministrado nas escolas, subsidiando, desta forma, a tomada de decisões da gestão escolar.” (Chirinéia; Brandão, 2015, p. 463). As áreas de Língua Portuguesa e Matemática, são consideradas essenciais para a Educação, todavia, consideramos que essa ênfase pode limitar a percepção da qualidade do ensino, deixando de lado outras dimensões do aprendizado, como ciências, artes, cidadania e outros. Ademais, o IDEB não compreende as deficiências presentes no *chão da sala de aula*, e isto pressupõe que os resultados não consideram, de fato, a aprendizagem dos alunos, ou suas principais dificuldades.

De acordo com Dourado e Oliveira (2009), no cenário brasileiro, a efetivação de uma escola de fato de qualidade se apresenta como um complexo e grande desafio. “No



Brasil, nas últimas décadas, registram-se avanços em termos de acesso e cobertura, sobretudo no caso do ensino fundamental. Tal processo carece, contudo, de melhoria no tocante a uma aprendizagem mais efetiva.” (Dourado, Oliveira, 2009, p. 202). Fator este que compreendemos fazer parte de um desmonte da Educação pública voltada para classes menos favorecidas.

Portanto, o IDEB no cenário educacional, como instrumento de avaliação da Educação, se constitui como um mecanismo do Estado-Avaliador, que não só avalia, mas controla a qualidade da Educação, a partir de números distorcidos da realidade educacional, mantendo e perpetuando estruturas segregativas e excludentes, à medida que não contempla a realidade educacional das instituições públicas brasileiras, sobretudo de regiões periféricas, como a região amazônica.

A região amazônica, a partir da riqueza de seu bioma, é uma das regiões mais importantes para a sobrevivência do planeta, e assim, “destaca-se como um dos centros das atenções mundiais e, por sua relevância, constituir-se-á, ao longo das próximas décadas, objeto cada vez mais valorizado para estudos, pesquisas, investimentos e empreendimentos, com atenção obrigatória à sua preservação ambiental.” (Souza, 2015, p. 81-82).

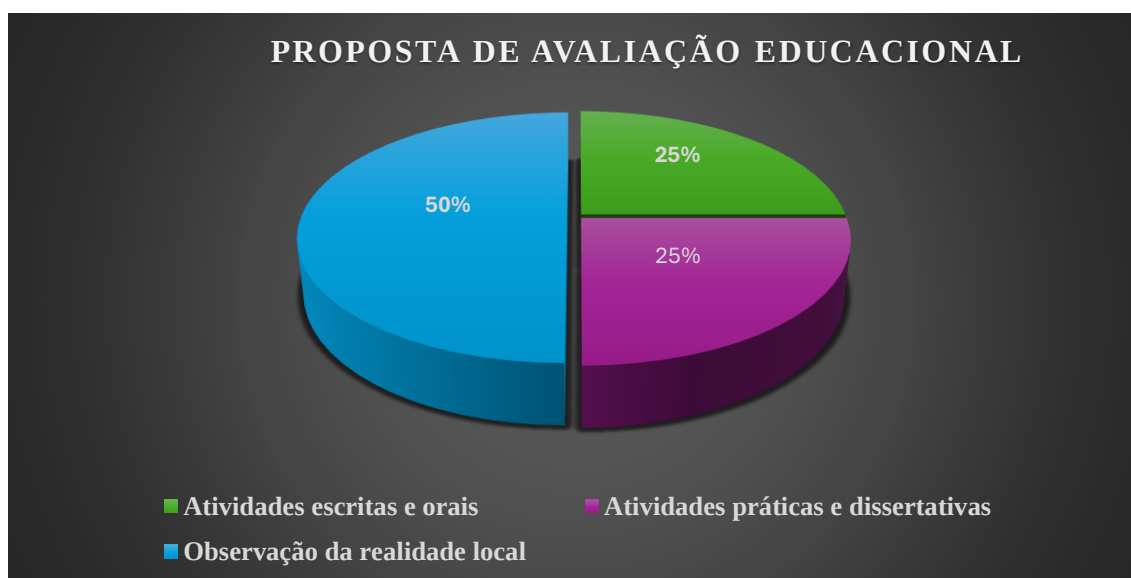
Todavia, observamos que existe um processo intenso de exclusão e apagamento de identidades, cultura e saberes de povos da Amazônia, partir da perspectiva de valorização de determinados saberes em detrimento de outros, cenário este que se perpetua a partir dos processos educativos. Nessa perspectiva, a estrutura educacional na Amazônia não é apenas precária por acaso, mas sim fruto de um projeto histórico de exclusão no qual existem dois tipos de Educação, uma voltada para as elites, e outra, precarizada, destinada às populações mais vulneráveis para grupos historicamente marginalizados que continuam sendo formados para ocupar posições subalternas na sociedade. (Alves, Cardoso, 2019).

Destacamos que o IDEB perpetua esse cenário de desigualdade e precarização a partir de sua padronização para diversas regiões marginalizadas. Consideramos não ser adequado propor um único instrumento de avaliação que se volte para as diversas regiões do país, incluindo a Amazônia, considerando suas especificidades e peculiaridades que implicam diretamente na Educação. Assim, observamos que a região amazônica deve dispor de um instrumento de avaliação educacional que considere seus aspectos específicos.



Propomos que as avaliações educacionais devem considerar os aspectos sociais, culturais, econômicos e geográficos da região amazônica, podendo ser denominado como *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica na Amazônia (IDEBA)*. Propomos que esse tipo de avaliação só poderá ser desenvolvido a partir de avaliações mistas, como provas escritas dissertativas, atividades práticas e orais e observação da realidade local. Partimos de uma perspectiva marxista, o qual destaca que não é possível discutir acerca da Educação sem referir-se à realidade socioeconômica e suas contradições históricas e, sobretudo, sob o contexto da luta de classes.

Gráfico 01 – Divisão de atividades a partir da proposta apresentada



Fonte: Autores (2025).

A partir do gráfico apresentado, consideramos que todas as atividades desenvolvidas pelos alunos, assim como os aspectos indiretos que impactam na Educação ofertada, são de fundamental importância para que se avalie a Educação de forma integral, que não se reduz a provas com questões objetivas abordando assuntos distantes da realidade dos alunos.

No que se refere os critérios de observação do cotidiano escolar, entendemos que essa observação deve-se voltar, primeiramente, para o contexto histórico da região em que está localizada as instituições escolares a serem avaliadas.

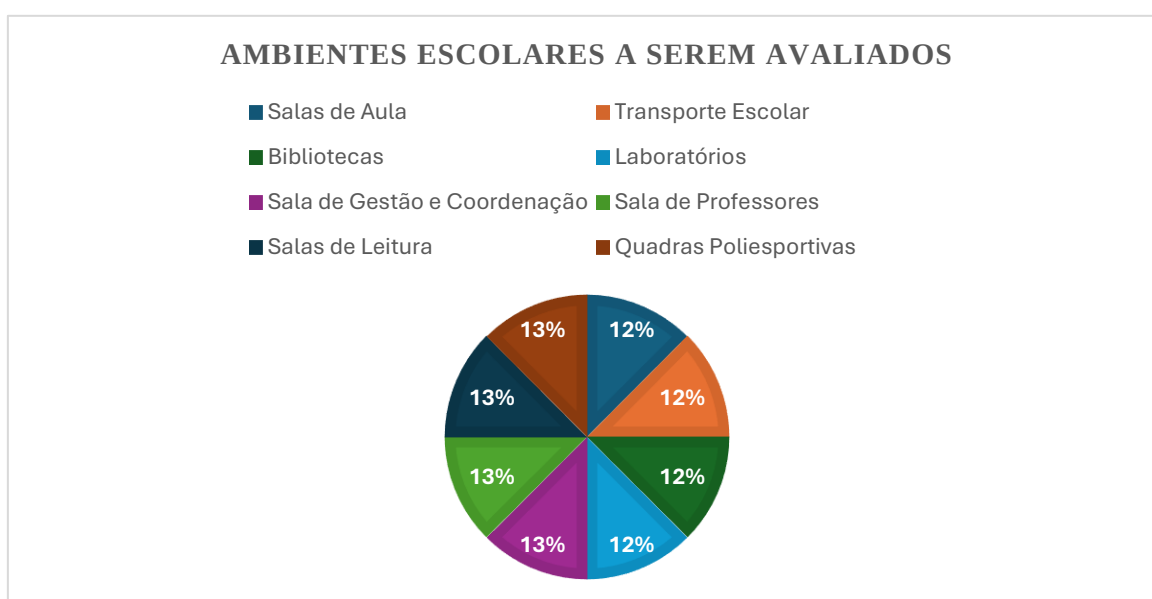
Partindo da perspectiva de Filonov (2010), o qual evidencia que a realidade social fundamenta o processo de formação do indivíduo, um outro critério a ser considerado nos processos de observação da realidade local é acerca dos aspectos socioeconômicos, isto é, a renda, a taxa de emprego e desemprego, condições de moradia, acesso à serviços públicos e outros elementos. Dessa forma, esse critério pode ser desenvolvido a partir da visita técnica nas moradias dos alunos, a partir de entrevistas



semiestruturadas entre os mesmos e suas famílias e assim, compreender quais as implicações desses aspectos nos processos educativos.

Um terceiro critério fundamental nos processos de observação da realidade local é acerca da infraestrutura da escola, compreendendo as condições da sala de aula, bibliotecas, laboratórios, quadra poliesportiva, salas de leitura, sala de professores, sala de gestão e coordenação e transporte. Esse critério de observação permite compreender as condições de ensino no qual os alunos estão imersos, compreendendo as implicações da infraestrutura no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que a Educação não se resume a sala de aula, mas que está presente nas diversas atividades no contexto escolar.

Gráfico 02 – Ambientes escolares a serem avaliados



Fonte: Autores (2025).

Ressaltamos a perspectiva de Alves e Cardoso (2019, p. 24), quando abordam que a escola pública se constitui como “o único espaço que os filhos da classe trabalhadora possuem para viabilizar a sua relação com o conhecimento. A escola deve garantir as ferramentas para uma educação de qualidade, pois não basta estar matriculado em um nível de ensino e não ter as condições básicas de concluí-lo.” Assim, as condições de ensino são fundamentais para a qualidade do ensino e o desenvolvimento de uma educação concernente com uma formação crítica e emancipadora, e essas condições de ensino perpassam todos os espaços da escola.

Um outro critério de observação se volta para a prática pedagógica dos docentes, o qual será necessário um período de observação participante durante as aulas para compreender as interações entre os pares, o modo como os alunos participam das aulas e como o professor desenvolve sua prática. A prática pedagógica é um dos pilares da



qualidade da Educação, haja vista que a partir dela, o sujeito cria possibilidades de estabelecer uma relação entre os seus pares e com o conhecimento. Assim, também se faz necessário uma análise da formação de professores, evidenciando os cursos de formação inicial dos docentes e possíveis propostas de formação continuada e se existirem, como são desenvolvidos na escola e como auxiliam na prática pedagógica dos docentes.

Contudo, compreendemos a complexidade desse tipo de avaliação, cujos processos necessitariam da participação de professores, famílias, alunos e comunidade, com vistas a promover uma visão ampla da Educação na região amazônica.

Todos os agentes do sistema educacional citados acima seriam incluídos na presente proposta; para os docentes a avaliação seria desenvolvida a partir de entrevistas semiestruturadas e observação da prática de ensino; já as famílias participariam a partir de visitas à domicílio e entrevistas semiestruturadas com perguntas que se voltariam para compreender as principais especificidades da Educação e o contexto social dos alunos; os gestores e coordenadores participariam a partir de entrevistas semiestruturadas e observação da prática pedagógica. As entrevistas também seriam direcionadas para os alunos, para a compreensão das dificuldades no processo ensino-aprendizagem.

Gráfico 03 – Avaliação dos agentes educacionais



Fonte: Autores (2025)

A partir o gráfico acima, organizamos as atividades de observação e entrevista de forma a considerar que todos os agentes do cenário educacional são imprescindíveis para que os processos educativos sejam desenvolvidos com qualidade.

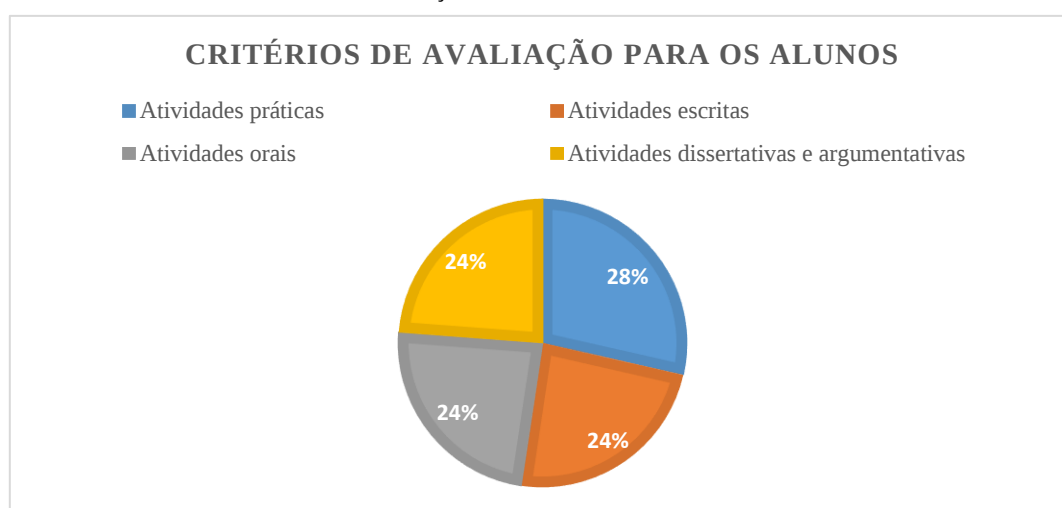
Ademais, o índice de desempenho acadêmico dos alunos será avaliado a partir da premissa de avaliação formativa, isto é, um processo de avaliação contínuo, considerando alguns critérios de aprendizagem. O primeiro critério seriam indicadores de



engajamento e participação a partir da frequência e pontualidade, que engloba o envolvimento dos alunos nas discussões e atividades e a interação com colegas e professores. O segundo critério de avaliação seria a produção escrita e projetos, a partir da observação e análise de redação de ensaios, relatórios e reflexões críticas, compreendendo assim, os aspectos mais subjetivos e críticos dos alunos.

As interações em sala de aula, a possibilidade de expressão dos alunos de forma crítica e subjetiva está articulada a uma formação emancipadora, humana e integrada com elementos sociais e culturais, dispondo de aspectos que são essenciais para que os alunos se observem como ativos em suas próprias trajetórias e vivências. Além disso, as atividades práticas são essenciais, haja vista que existe a necessidade de integralizar teoria e prática de forma plena e significativa a partir de uma perspectiva formativa.

Gráfico 04 – Critérios de Avaliação



Fonte: Autores (2025)

Poderão ser utilizados, para quantificar os índices de aprendizagem e condições de ensino, uma escala de 1 a 5, em que 1) Insuficiente; 2) e 3) Regular; 4) Bom; 5) Excelente. Os critérios de avaliação podem ser divididos em *Criticidade, análise subjetiva, trabalho em grupo, frequência, participação nas aulas, interação com os colegas e professores*. Ademais, também seria necessário atividades e exercícios em Língua Portuguesa e Matemática, com provas adaptadas ao contexto amazônico, assim como seriam avaliados conhecimentos acerca de ciências sociais, meio ambiente e cultura Local. Nessa perspectiva, a tabela abaixo demonstra a forma como sugerimos o IDEBA:



Gráfico 05: IDEBA, avaliação proposta.



Fonte: Produzido pelos autores (2025)

Diante do exposto, consideramos que todos esses elementos serão de grande relevância para uma avaliação de fato, eficiente e coerente com a realidade. Dessa forma, propomos que essa avaliação não seja realizada de ano em ano, devido a intensa dificuldade e cansaço que seria desenvolvido nessa trajetória, mas que seja realizada a cada 2 anos para que observemos o desenvolvimento e melhoria da qualidade de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, consideramos que a qualidade ainda é o grande desafio da educação brasileira, porém, enquanto não forem considerados a clientela e os contextos próprios em que cada “educação” se faz, o país periga continuar a formar alunos capazes de realizar as provas das avaliações externas, mas incapazes de mobilizar conhecimentos em situações reais. (Chirinéa; Brandão, 2015, p. 480).

Concluimos esse artigo com a passagem acima, uma vez que consideramos as avaliações como instrumentos imprescindíveis para a visualização do sistema educacional brasileiro, mas sobretudo porque entendemos que a avaliação também se constitui como um elemento fundamental para a formação de sujeitos críticos, a partir da integração entre conhecimento teórico e prático, com vistas a formação de um homem novo, crítico e consciente de seu papel da história e em sua própria realidade.

O objetivo desse trabalho é analisar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) como instrumento de controle e regulação do Estado avaliador, destacando seus impactos sobre a Educação na região amazônica e suas implicações na reprodução das desigualdades educacionais e sociais, cujos resultados indicam que o IDEB é um instrumento de avaliação do Estado avaliador, que se constitui como um mecanismo de



controle da oferta de Educação, considerando que este não compreende a realidade concreta da Educação brasileira à medida que mascara a realidade precária do ensino em regiões periféricas, como a região amazônica, perpetuando ciclos de precarização da Educação pública.

Também apresentamos reflexões sobre a instituição de instrumentos de avaliação especificamente para a região amazônica, considerando o contexto social, cultural, econômico e geográfico da região, cujos mecanismos de avaliação foram delineados para considerar a Educação de forma ampla e significativa, compreendendo a estrutura da escola, os planos de ensino, o contexto socioeconômico, a atuação docente e outros elementos fundamentais para uma Educação significativa e de qualidade.

Por fim, consideramos que essa discussão é de suma relevância para compreendermos que a Educação abrange um amplo leque de questões que envolvem desde aspectos subjetivos – de cada aluno - a aspectos externos que exercem influências na qualidade da Educação, elementos estes muito importantes para a compreensão da Educação, sobretudo em regiões invisibilizadas, como é o caso da região amazônica.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. P. C. CARDOSO, Q. O. **A Educação básica na Amazônia e seus indicadores de qualidade social: contradições e desafios para o ensino médio no Amapá**. Cadernos CIMEAC, v. 9, n. 2. Uberaba – MG, 2019.
- ALMEIDA, A. SILVA, Y. F. O. **O Estado avaliador e o neoliberalismo: tensões e tendências na avaliação da educação superior**. Meta: Avaliação, v. 13, n. 41, Rio de Janeiro, 2021. p. 944-959.
- DOURADO, L. F. OLIVEIRA, J. F. **A qualidade da Educação: Perspectivas e desafios**. Cad. Cedes, Campinas vol. 29, n. 78, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622009000200004> acesso em 09.03.2025. p. 201-215
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. SP Editora da UNICAMP. Campinas, 1990.
- FILONOV, G. N. (org.). **Anton Makarenko**. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana. Recife, 2010.
- SCHNEIDER, M. P. ROSTIROLA, C. R. **Estado-Avaliador: reflexões sobre sua evolução no Brasil**. RBPAE, v. 31, n. 3, 2015. p. 493 – 510.
- SCHNEIDER, M. P. RIBEIRO, E. R. O. **Contornos do Estado Avaliador no Brasil**. Est. Aval. Educ., v. 31, n. 78. São Paulo, 2020.
- SOARES, J. F. XAVIER, F. P. **Pressupostos educacionais e estatísticos do IDEB**. Educ. Soc., Campinas, v. 34, n. 124, 2013. p. 903-923.
- SOUZA, A. A. C. **Políticas Educacionais na Amazônia: Estado, Democracia, Sociedade civil e Participação**. Paco Editora, Jundiaí, 2015.

